

Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo

Joaquim Cardoso Gomes
Centro de Investigação Media e Jornalismo

Resumo:

O artigo traça o percurso do tenente-coronel de Artilharia Álvaro Salvação Barreto (1890-1975), responsável pela montagem da máquina da censura à imprensa em Portugal, desde a sua criação pela Ditadura Militar, na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, até ao fim do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974, enquanto oficial do Exército e destacado elemento da elite política salazarista.

Para além da análise das principais etapas no estabelecimento da censura, o estudo evidencia os aspectos de natureza organizacional do aparelho, em particular, o seu pessoal político exclusivamente militar até ao termo da Segunda Guerra Mundial e os esforços de Salvação Barreto para manter uma autonomia funcional da censura face ao SPN de António Ferro, organismos fundidos em 1944 no SNI, culminando um processo de subordinação da propaganda e da censura a Salazar, circunstância que terá ditado então o afastamento de Salvação Barreto da censura e a sua nomeação para presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Palavras-chave:

Censura prévia, Imprensa, Secretariado da Propaganda Nacional, Elites políticas, Ditadura Militar, Salazarismo.

Introdução

No dia 4 de Março de 1944, o tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto depois de franquear, pela última vez, o gabinete de director da censura no Largo Trindade Coelho n.º 9-1.º, reuniu-se em jantar de confraternização com os oficiais censores da Direcção dos Serviços de Censura. No banquete usaram da palavra o sucessor de Barreto na censura, major Armando Larcher, os majores Monteiro Libório e Ávila Madruga e os capitães Afra Nozes, Jorge Carvalho e José da Silva Dias¹ alguns dos mais destacados companheiros de Barreto no percurso

de quase vinte anos à frente da censura à imprensa e que agora abandonava para ascender à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

«Grande servidor da Revolução, Salvação Barreto estará sempre bem onde quer que sirva», sentenciava o órgão da União Nacional² e, pelo mesmo diapasão, *O Século* descobria-lhe «uma inteligência arguta, de uma actividade calma mas que sabe para onde se dirige, de um espírito de equilíbrio e de sensatez excepcionais», panegírico por certo exprimindo o sentir das hostes afectas ao regime na concorrida cerimónia de tomada de posse presidida pelo ministro do Interior.³

Quando se completaram oitenta anos sobre o estabelecimento da censura prévia à imprensa em Portugal, inaugurando um ciclo de quase meio século até à madrugada do 25 de Abril, o presente artigo procura aprofundar o conhecimento sobre uma figura de oficial do Exército até agora remetida para um segundo plano na historiografia das elites políticas do Estado Novo,⁴ em particular o seu papel na montagem e direcção do aparelho de censura à imprensa, cuja primeira comissão de Lisboa integrou logo a seguir ao golpe do 28 de Maio e que iria moldar na reorganização de 1932, dando-lhe os contornos que manteria até ao fim do regime salazarista-marcelista. Não deixarão também de ser aflorados os aspectos de natureza biográfica que decorrem da sua carreira político-militar⁵ e os ligados ao período posterior à saída da censura, em particular o exercício do cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o seu relacionamento com Salazar.

Neste artigo, que retoma e amplia uma investigação em torno da história da censura à imprensa em Portugal,⁶ são utilizadas sobretudo fontes primárias dos Arquivos Militares e dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT), nomeadamente o Arquivo Oliveira Salazar (AOS), o da Direcção dos Serviços de Censura, depositado até 1997 na Biblioteca Nacional, (ADSC-BN) e o Arquivo do Gabinete do Ministério do Interior (AGMI).

A censura à imprensa na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo

A censura prévia à imprensa foi instaurada em 22 de Junho de 1926, em Lisboa, mas o processo da sua extensão a todo o país não decorreu, porém, por forma imediata e uniforme reflectindo as contradições no seio da Ditadura Militar que ditaram o afastamento em 9 de Julho de 1926 do general Gomes da Costa e a sua substituição pelo general Óscar Carmona. Será já sob a égide de Carmona que a censura se estabelece no Porto, quase três semanas depois de entrar em vigor na capital,⁷ enquanto noutras zonas do país como Portalegre, Beja, Faro ou Ponte de Lima a instalação da censura foi mais rápida, com instalação de comissões na semana seguinte à tomada de decisão em Lisboa ou no início de Julho, assumindo uma composição de três elementos, frequentemente

militares, mas também de natureza mista ou até constituída só por civis, caso de Alportel, no Algarve⁸ enquanto nas localidades sem comissão de censura estabelecida a função foi atribuída pelo ministro do Interior ao administrador do concelho.⁹

Na sequência da publicação da primeira lei de imprensa da Ditadura Militar, o decreto nº 11839 de 5 de Julho de 1926, a chegada ao poder de Carmona deu lugar à promulgação de nova lei de imprensa, o decreto nº 12008 de 29 de Julho que, no entanto, não irá alterar o quadro em que a censura à imprensa começara a ser implementada por todo o país, por forma descentralizada, de início até em localidades sem unidades militares, mas com pessoal político essencialmente militar.

A primeira reorganização dos serviços de censura teve lugar em 1928, no governo do general Vicente de Freitas, com a publicação das *Instruções gerais que regulam os Serviços de Censura*, documento de 30 de Setembro, através do qual o coronel de Infantaria Joaquim Augusto Prata Dias, presidente da Comissão de Censura à Imprensa de Lisboa foi nomeado para dirigir a nova Direcção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI), a que sucedeu em 26 de Dezembro de 1928 a aprovação do *Regulamento dos Serviços de Censura à Imprensa da Província*, que entre outras medidas, procedeu à dissolução das anteriores comissões de censura, restringiu a sua localização às localidades com guarnição militar e fixou como pessoal político da censura à imprensa da província os «oficiais do Exército do Activo ou da Reserva, que reúnam os requisitos necessários para o desempenho das funções de Censor». ¹⁰ Nessa altura já o major Salvação Barreto ascendera à presidência da Comissão de Censura de Lisboa, cargo que lhe permitiu, num segundo momento, assumir a liderança da censura à imprensa no país no quadro da reestruturação de 1 de Novembro de 1932, quando substituiu o tenente-coronel João da Conceição Tomás Rodrigues.

Ao longo de quase vinte anos em que ocupou posições de relevo na censura, Salvação Barreto manterá uma relação estreita com o poder, num primeiro momento, procurando influenciar o curso da Ditadura Militar no processo da sua consolidação. Enquanto presidente da Comissão de Lisboa foi o autor de um relatório dirigido ao Coronel Prata Dias,¹¹ no contexto da luta no interior da Ditadura Militar, procurando intervir na sequência das críticas formuladas à actuação da censura pelo Presidente do Ministério, general Ivens Ferraz, aquando da demissão do ministro da Instrução, major Costa Ferreira em Novembro de 1929, elemento afecto ao republicanismo conservador, pelo qual manifesta grande acrimónia.

A admiração do major Salvação Barreto pela figura emergente do ministro das Finanças, Oliveira Salazar, «sem a feição republicana do Sr. Major Costa Ferreira mas em volta de cuja obra giram as mais sólidas esperanças de salvação nacional», – um traço cada vez mais comum entre a elite militar e o sector do

tenentismo activo nos quartéis da capital, os *sovietes de oficiais* para a esquerda republicana –, marcará o início de uma colaboração duradoura entre o oficial censor e o político, quer na censura quer em outros cargos da maior confiança política.

Desde 1932, já com Salazar como Presidente do Conselho, só por uma vez teve lugar um episódio duma possível desinteligência entre a liderança de Salvação Barreto na censura e o poder quando, ao ter deixado passar em *O Século* de 19 de Outubro de 1933 uma notícia susceptível de ser entendida como pactuação com o *revirinho*, depois da aprovação em «plebiscito ritualista» (Schmitter, 1999: 28) da Constituição de 1933, apresenta a demissão ao ministro do Interior e escreve pessoalmente a Salazar ¹²:

“Reconheço a gravidade do erro em toda a sua extensão.[...] Deponho, por isso nas mãos de V.Ex^a o encargo honrosíssimo que recebi do governo de V.Ex^a durante cujo desempenho pus um desejo tão profundo de servir a obra sagrada de V.Ex^a quanto sentido reconhecimento me mereceu sempre a confiança que V.Ex^a em mim sempre depositou [...]

obtendo do ministro Antonino Gomes Pereira sinais inequívocos de confiança política, elogiando o gesto do censor «de uma nobreza e honestidade muito apreciáveis, sem que me surpreenda, visto de há muito conhecer as qualidades do Sr. Director Geral, major Álvaro Salvação Barreto».¹³

Desde finais de 1932 a reorganização do aparelho e a acção de Salvação Barreto à frente da censura estarão orientadas no sentido de obter uma centralização e total subordinação da máquina censória a uma única directriz, resumindo numa frase todo o seu programa de reestruturação dos serviços de censura: «Não há uma censura em cada distrito e muito menos em cada delegação: há a censura geral do governo da Ditadura que ele orienta e lhe é directamente subordinada». Tratava-se não só de ultrapassar definitivamente a fase das «censuras locais» da Ditadura Militar e que a criação da estrutura de cúpula de DGSCI em 1928 não eliminara por inteiro, e a tentativa, mal sucedida, de centralização da censura a nível distrital em 1932, por iniciativa do ministro do Interior Pais de Sousa, acusado de conciliar com sectores do republicanismo conservador, a qual tornara permeável a censura à «influência do meio», isto é, a interferência frequente dos agentes políticos locais, desde administradores de concelhos, governadores civis, autoridades policiais ou militares.

No plano funcional a principal novidade da reestruturação promovida por Salvação Barreto, em vigor desde 1 de Janeiro de 1933, é a criação de uma estrutura intermédia, designada por Comissões de Censura de Zona, na Zona Norte com sede na Comissão de Censura do Porto, na Zona Centro, a partir da Comissão de Censura de Coimbra e na Zona Sul centrada na Comissão de Censura de Lisboa, cada uma sob a presidência de um presidente de comissão, subordinada

ao director-geral. Por sua vez, as delegações ficariam na dependência das respectivas comissões de zona e, através delas, com a direcção-geral. A nível das comissões o esforço de fiscalização da actividade das delegações irá traduzir-se na elaboração de boletins de cortes e de inspecção da DGSCI dados a conhecer ao Presidente da República, Presidente do Conselho, ministros e PVDE. Esta fiscalização a nível central da Direcção-Geral, desde 1935, Direcção dos Serviços de Censura (DSC), garantia o exercício da função de controlo sobre a orientação política da imprensa, a subordinação à Direcção das várias estruturas da censura, a homogeneidade ideológica e de funcionamento dos serviços e era um elemento instrumental na adopção de medidas de penalização da imprensa, assente numa classificação política do valor de cada jornal que se revelou decisiva aquando da implementação do decreto-lei n.º 26589 de 14 de Maio de 1936 com a relação dos jornais autorizados pelo Estado a publicar anúncios oficiais.

A Constituição de 1933 e as novas medidas de controlo preventivo da imprensa

Com a entrada em vigor da Constituição Política de 11 de Abril de 1933, era publicado em simultâneo o decreto-lei n.º 22469 com a instituição formal da censura prévia, procurando de imediato Salvação Barreto desenvolver esforços no sentido de apresentar um projecto de regulamentação da lei de censura, por forma a harmonizar a prática do aparelho com as novas directivas decorrentes do decreto-lei n.º 22469. Ora, como Barreto esclarece no relatório a Salazar de 19 de Abril de 1933, os princípios definidos em parte da nova legislação são incompatíveis com o funcionamento consolidado desde 1926, porque acarretava uma perda da autonomia funcional da estrutura da censura e a eventual entrada de pessoal político não exclusivamente militar, situação que poderá ter-se revelado como uma primeira tentativa de sectores dentro do regime, para controlar o aparelho censório. No seu relatório, Barreto apresenta uma nova redacção para os artigos 5.º e 7.º do decreto-lei n.º 22469 vindo a obter satisfação no que considerava ser fundamental para a manutenção da estrutura da censura e a sua autonomia funcional com a publicação, em 29 de Junho de 1933, do decreto-lei n.º 22756.

Na sequência de vários episódios em 1933 e início de 1934 em que elementos dos poderes periféricos, os próprios governadores civis, de nomeação governamental, procuram ainda condicionar a acção da censura, sobretudo a nível das delegações, o ministro do Interior emitiu uma directiva, dirigida a todos os governadores civis do Continente e Ilhas, fixando definitivamente as regras do jogo para o relacionamento entre as autoridades locais ou de nomeação governamental e a estrutura da censura, acentuando que as relações com a imprensa «são exclusivamente reguladas pela referida Direcção Geral [de Censura] com as suas Comissões e Delegações, através das quais os jornais e mais publicações

recebem indicações que o Governo, pela Presidência do Conselho e Ministério do Interior, entende dever transmitir-lhes».¹⁵

O mal-estar, expresso em carta enviada pelo director da censura a Salazar em 19 de Dezembro de 1934 em que alude a um telefonema pessoal do ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, pedindo que «do Ministério dos Estrangeiros nada fosse publicado senão por ordem do ministro», deverá ser visto à luz dos esforços do aparelho da censura para preservar a sua autonomia funcional, na mais estreita subordinação a Salazar que, nestes anos de montagem da máquina censória, transmite directamente a Salvação Barreto as directivas para execução do controlo da imprensa, aspecto que o censor recorda ao afirmar ser «inútil insistir no que tem de precário este processo de orientação, [dos ministros] tão diferente ele é do que V.Exa usa para me encaminhar responsabilizando-me depois.»¹⁶

A proximidade de Salazar em relação à actuação concreta da censura está igualmente documentada nos encontros registados no *Diário* do ditador com o chefe da censura, bem como em múltiplas anotações que redigiu em informações da censura e consubstancia a caracterização de Salazar como «ditador forte», querendo com isso significar «o impressionante grau de informação a que este tinha acesso, mesmo de escalões hierárquicos abaixo do nível ministerial», como será o caso da censura ou da actividade do município da capital, e a «quantidade e qualidade de decisão que ele centraliza na sua pessoa».¹⁷

A «constitucionalização» do regime em 1933 aparece assim marcada, não só pela definição dos contornos da máquina de censura, como pela actuação de uma repressão mais selectiva destacando as matérias que deverão merecer prioridade nos cortes da censura, os campos extremados do nacional-sindicalismo em rota de colisão com o salazarismo, a «propaganda comunista» veiculada pela imprensa adversa e a própria polémica exacerbada na imprensa situacionista.

Por outro lado, respondendo a uma solicitação de Salazar, Barreto irá apresentar no seu relatório de 23 de Novembro de 1933,¹⁸ *Leituras imorais – Propaganda política e social contrária ao Estado Novo – sua repressão*, o enquadramento para a censura de publicações não periódicas incluindo livros, para os quais propõe um modelo misto de censura – uma *censura prévia*, sobre os originais ou traduções apresentados à censura por autores, editores e tradutores e a *censura repressiva*, sobre as publicações nacionais ou estrangeiras requisitadas às livrarias ou distribuidores. Argumentando com os encargos excessivos porque «seria necessário aumentar em muito o pessoal do serviço de censura», sem resultados correspondentes ao agravamento da despesa, Barreto afasta a possibilidade de desencadear uma «censura efectiva a todas as publicações de carácter político ou social e as imorais», privilegiando a vertente repressiva em colaboração estreita com os livreiros e autoridades policiais, nomeadamente a polícia política.

O próprio Salvação Barreto será o autor de dezenas de relatórios de livros censurados no âmbito da Secção de Livros criada junto da Direcção-Geral e com delegados nas Comissões de Coimbra e Porto.¹⁹

A abertura da sessão legislativa da Assembleia Nacional em Janeiro de 1935 e a reeleição posterior do general Carmona para a Presidência da República marcaram no plano institucional o triunfo do salazarismo, não obstante terem tido lugar ainda nesse ano duas tentativas de revolta com envolvimento do campo republicano conservador e do nacional-sindicalismo. Na sequência da acção golpista de 10 de Setembro, Salvação Barreto teve nova oportunidade para manifestar o apoio indefectível a Salazar levando os oficiais da censura a expressar-lhe «a fé inabalável no seu valor, no seu patriotismo nunca excedido e no futuro de Portugal sob a sua administração nobilíssima»²⁰ mas o dado mais significativo da censura ao longo de 1935 será o alargamento da sua acção pelo recurso a novas formas de controlo da imprensa que obterão consagração legal em 1936.

Mais uma vez Salazar estará directamente envolvido no processo tendente à asfixia económica da pequena imprensa que vivia em parte da publicação de anúncios oficiais para o que a Ditadura Militar dera, de resto, o primeiro passo ao suprimir, em 11 de Outubro de 1926, a dispensa de franquias para a imprensa concedida no tempo da Grande Guerra²¹ e sobre ofício do ministro do Interior, Linhares de Lima, lavrou o seguinte despacho:

“Concordo que seja organizada a lista nos termos propostos. Obtida essa lista, concelho por concelho, será dada ordem pelo Presidente do Conselho a fim de ser transmitida por todos os Ministros aos respectivos serviços no sentido de todos os anúncios oficiais serem dados aos jornais constantes da lista. 6/VIII/1935. Oliveira Salazar”.²²

Numa mesma estratégia de controlo preventivo da imprensa, desta vez afectando sobretudo a grande imprensa pela ingerência do Estado no exercício da indústria jornalística, está a redução do número de páginas para 70 semanais, medida inspirada no fascismo italiano (Cesari, 1978: 27) e facilitadora do trabalho censório, em particular dos dezoito jornais diários. Por fim, o decreto-lei nº 26589 de 14 de Maio de 1936 condicionou a fundação de publicações periódicas à «idoneidade intelectual e moral dos responsáveis» atestada pelas autoridades e foram criados diversos entraves de ordem financeira, medidas alargadas em 1943 às «empresas editoriais de livros ou de quaisquer outras publicações que de futuro se constituírem» pelo decreto-lei nº 33015 de 30 de Agosto.

Quando, em Novembro de 1936, foi publicado o Regulamento dos Serviços de Censura estava concluído o edifício jurídico em que iria assentar o funcionamento da censura até 1974, dado que, no essencial, aquele procurava

sistematizar e proceder à actualização de aspectos que resultavam da prática de vários anos e da publicação regular de directivas para as estruturas do aparelho.

Da Guerra Civil de Espanha à II Guerra Mundial

No período entre 1936 e 1945 a censura continuará a desempenhar o papel de instrumento fundamental do governo no controlo da opinião pública e também como mediador da informação para o decisor político através dos boletins de cortes, (Patriarca, 1995, vol. II: 392), mas a entrada da Europa numa fase de convulsão conduzirá a uma reorientação de prioridades na emissão de directivas sobre a política internacional.

Entre 1936-1939, em torno da Guerra Civil de Espanha, a censura obrigará a imprensa a normas estritas no noticiário da revolução espanhola, quer suprimindo informação quer normalizando a composição e a paginação por redução do tipo utilizado em comunicados favoráveis à esquerda ou mandando «distribuir o noticiário pelo jornal, alternando ou misturando os comunicados recebidos de origens afectas às duas forças em presença: a da ordem e a do comunismo espanhol»,²³ ocultando aspectos do alinhamento de Portugal com o campo nacionalista por forma a evitar que «o Governo apareça internacionalmente comprometido na questão dos voluntários».²⁴

Com o deflagrar a II Guerra Mundial, a orientação à censura porá em evidência a sua responsabilidade na defesa da política externa do regime pelo que «sem prejuízo da nossa posição de rigorosa neutralidade», convirá «evitar a publicidade de notícias e artigos que diminuam a política da Inglaterra, nossa aliada, bem como das nações que com ela trabalham nesta grave emergência. Vai nisso a salvaguarda dos nossos interesses que não vivem à margem dos da Grã-Bretanha.»²⁵

Não obstante Barreto aparecer referenciado desde o início da guerra como integrando um conjunto de «notórios anglófilos» (Barros *et al*, 1989: 98) como António Ferro ou o capitão Agostinho Lourenço, da PVDE, é patente nas circulares por si redigidas durante o conflito a preocupação de salvaguardar a todo o custo a linha política de neutralidade definida por Salazar, pelo que «a Censura não consentirá que fale por Portugal, em face do conflito, quem não tenha responsabilidades de governo. A este cumpre e a mais ninguém fazê-lo na oportunidade que entender e pela forma que reputar mais justa».²⁶ E, na busca de uma estrita neutralidade, na fase em que a ofensiva hitleriana parecia imparável, a embaixada britânica em Lisboa não deixa de acusar o retraimento do regime salazarista face à propaganda inglesa: «o próprio chefe da Censura parece estar entre os hipnotizados (...) por causa da sua extrema relutância em autorizar qualquer referência à Aliança – Portuguesa e às obrigações de Portugal à luz dessa Aliança».²⁷

Também neste período e no contexto da resposta do regime à actuação da propaganda das potências beligerantes, a tensão entre os serviços de censura e o SPN, latente desde a institucionalização da censura prévia em 11 de Abril de 1933, sofrerá novo impulso em torno da criação do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação. O texto preparatório do decreto-lei nº 30320 de 19 de Março de 1940, elaborado pelo SPN, previa a entrada do Secretariado da Propaganda Nacional na DSC, aspecto que foi eliminado, na sequência do confronto de posições entre o ministro do Interior, Pais de Sousa e Salvação Barreto, cioso da manutenção da autonomia funcional dos serviços por si controlados.

No parecer²⁸ que enviou ao ministro com data de 16 de Fevereiro de 1940 e que este discutiu com Salazar nesse dia,²⁹ Barreto afirma concordar com o projecto de decreto que visaria «unificar a orientação dos serviços representados no Gabinete, (SPN, DSC, Emissora Nacional e postos particulares de radiodifusão e radiotelegráficos), determinada pela Presidência do Conselho» mas, em seu entender, «esse primeiro fim não justificaria a criação de um novo organismo», porque o projecto também não resolve o segundo objectivo de «coordenar os serviços do estado em geral com a opinião pública, activando e melhorando por influência daqueles o desempenho da função exercida pela Imprensa e postos emissores». Barreto considera que, na sua formulação, o decreto «não subordina a imprensa, não imprime aos serviços nova orientação» porque «apenas substitui um já existente, por outro que entra, de novo, desarmado e até suspeito para os jornais, no campo em que é preciso não perder o que já se ganhou» pelo que propõe, para além da eliminação da palavra «propaganda», por parecer «pouco discreta», a: «1º - Criação do Gabinete de Coordenação de Informações. 2º - Substituição da designação de Direcção dos Serviços de Censura pela Direcção dos Serviços de Imprensa. 3º - Atribuição àquele Gabinete e não ao S.P.N. das novas funções no D. atribuídas a este organismo.»

O ministro do Interior rebate a argumentação de Barreto, esclarecendo que o Gabinete apenas pretende ser «um conselho de alta orientação e, de modo algum, um órgão de intervenção» tendo como «campo exclusivo a unificação superior da doutrina e das directrizes a adoptar» e, no que concerne o SPN, acentua que «o decreto não pretende inovar no que se refere à esfera de influência do SPN» porque «expressa ou implicitamente, as funções que o texto novo lhe reconhece estavam já inscritas na sua lei orgânica», tratando-se, «fundamentalmente, de reavivar doutrina e de suscitar a sua observância correcta». Rejeitando a transformação da Direcção dos Serviços de Censura numa Direcção dos Serviços de Imprensa sublinha que «a censura deve continuar a constituir uma organização própria, com a sua função específica de prevenir os abusos da imprensa» e sendo a Direcção dos Serviços de Censura «constituída

exclusivamente por militares», «a sua estrutura está adaptada à sua função específica e de modo algum pode reputar-se adequada ao exercício de outras atribuições».

Se Salazar, com a constituição do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, resolve tensões no interior do regime e promove a concentração de poder pessoal, nos anos da guerra o SPN não deixará de pressionar Salazar no sentido de uma remodelação do Gabinete, «transformando-o numa espécie de governo da opinião pública», propondo a «colocação de delegados do SPN na censura, e uma «remodelação da censura que tem de trabalhar em mais constante acordo com o SPN», defendendo ainda a elevação do estatuto político do Secretariado, que Ferro considerava com estatuto político menor quando comparado com a Itália fascista, que lhe conferiu desde 1935 o estatuto de Ministério.³⁰

Ao criar o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) em 1944, Salazar respondia aos apelos de António Ferro mas aproveitava sobretudo a oportunidade para subordinar numa única estrutura a Propaganda e a Censura, revelando o embaixador britânico em Lisboa, R. Campbell, em 1948, alguma dificuldade em compreender o novo quadro do controlo de Salazar sobre a imprensa: «a maquinaria através da qual é mantido o contacto entre a imprensa portuguesa e o Presidente do Conselho é de alguma forma misteriosa».³¹

Álvaro Salvação Barreto: origens familiares e início da carreira militar

Álvaro Salvação Barreto fez parte da «geração de 1910», nascida entre 1881-1890, atingiu a maioridade política à data da implantação da República e entrou para a Escola de Guerra à beira da Grande Guerra, influenciado pelos valores do militarismo e do colonialismo, ideais antiliberais e antidemocráticos que viriam a ganhar corpo na efémera mas marcante experiência sidonista de 1918, no fascismo de Mussolini de 1922 e na ditadura de Primo de Rivera em Espanha a partir de 1923.

Ao contrário de uma parte significativa de oficiais com tradição familiar castrense, num processo de endogamia profissional persistente na primeira metade do século XX, com níveis de auto-recrutamento superiores a 50%, (Carrilho, 1985: 230-231), Salvação Barreto, nascido em 26 de Junho de 1890, em Lisboa, na freguesia de Santa Catarina, era filho de um professor primário, Joaquim Maria da Silva Barreto e de Maria Filomena Salvação Barreto, ambos nascidos em Alcochete.

Aliás, ao longo de três gerações, no século XIX, a família Barreto, por linha masculina, mantém a mesma ocupação profissional de professor primário em várias localidades da Borda de Água e nem uma orfandade precoce que levou o pai, Joaquim Maria da Silva Barreto e um tio, António Maria da Silva Barreto (Amaral, 1976: 26-28) à Casa Pia de Lisboa, os impediram de manter um estatuto de classe média urbana que no final do século revelava uma real mobilidade

social ascendente: o pai de Salvação Barreto, professor primário, tirou o curso da Escola Normal de Marvila e foi regente de várias escolas concelhias de Lisboa, fundou e dirigiu o Pensionato Silva Barreto de que era proprietário, administrou *O Século* por pouco tempo, após a passagem desse jornal à propriedade de José Joaquim da Silva Graça, quando o diário se transformava numa grande empresa industrial e abandonava o ideário republicano do seu fundador Magalhães Lima.³² A Salazar, em 1954, Barreto recorda: «Meu pai foi sempre e apenas um mestre-escola, como gostava orgulhosamente de dizer. O dr. Carneiro Pacheco condecorou-o há anos, postumamente, e essa foi a riqueza que dele nos ficou».³³

O tio de Salvação Barreto, António Maria da Silva Barreto,³⁴ teve a par de uma carreira no ensino como professor liceal e docente na Escola Normal de Leiria, (Amaral, 1976:29) e na Escola Primária Superior Júlio Dinis, no Porto, uma actividade política importante como membro do directório do PRP, eleito deputado por Leiria nas Constituintes de 1911 e senador, pelo mesmo círculo, entre 1915 e 1925, na ala esquerda do partido republicano, director do quotidiano democrático *O Rebate*, por ironia um dos primeiros jornais a ser suspenso pela censura na Ditadura Militar. Quando faleceu, em 1943, no seu funeral destacou-se a presença de nomes sonantes da República como o engenheiro António Maria da Silva, o general Pereira Bastos e o almirante Sousa Dias.³⁵ Da numerosa descendência de Joaquim Silva Barreto só outro filho enveredou pela carreira militar: José Salvação Barreto, dois anos mais velho que Álvaro Salvação Barreto, foi capitão de Infantaria com um percurso colonial, que o levou em 1933 ao comando da polícia em S. Tomé e a presidente da comissão de censura da colónia e, também em Portugal na DSC, a partir da sua passagem à reserva em 1938 e até à sua morte em 1941 (Gomes,1997: Anexo 1, 133-134).

Após a implantação da República, Álvaro Salvação Barreto alistou-se como recrutado em 10 de Novembro de 1910 no Regimento de Cavalaria nº2, depois de ter concluído o curso complementar de ciências, com alemão, no Liceu Central de Lisboa em 1907, com 10 valores e dado início aos preparatórios na Escola Politécnica de Lisboa que concluiu em 1911, ano em que ingressou na Escola de Guerra no curso de Artilharia,³⁶ vindo a ser promovido a alferes em 2 de Novembro de 1914, no 2º Batalhão de Artilharia de Costa, e a tenente em 1 de Dezembro de 1916.

Dando corpo ao projecto político do Partido Democrático de reforçar a sua hegemonia no sistema partidário e, por essa via, alcançar a legitimidade nacional da República (Teixeira, 1996: 380-381) Portugal entrava na Grande Guerra em 1916 e, apesar do pouco entusiasmo manifestado pelo seu principal aliado, a Grã-Bretanha, as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português seguiram para França no início de 1917. Salvação Barreto fazia parte de um Batalhão de Artilharia Pesada quando embarcou para França, em 10 de Maio, para integrar

o CEP. Depois de algum tempo em Inglaterra voltou a França, onde se manteve até 9 de Março de 1919, regressando a Portugal com a patente de capitão a que fora promovido a 20 de Julho de 1918.

Em 9 de Dezembro de 1921 foi nomeado professor provisório do 9º grupo (Desenho), do Colégio Militar, situação que manteve até Dezembro de 1924 e de novo a partir de Outubro de 1925,³⁷ após regresso de uma curta comissão de serviço em Moçambique, retomando em 16 de Junho de 1925 o seu lugar no Ministério da Guerra.

A ascensão de Salvação Barreto no aparelho da censura na Ditadura Militar

Entre os vários cargos na área político-militar que Álvaro Salvação Barreto ocupou durante três décadas destacam-se, naturalmente, os que desempenhou no âmbito da censura à imprensa após a instalação da Ditadura Militar e que lhe permitiram aceder paulatinamente aos escalões mais elevados da elite política do regime salazarista.

Tendo integrado a comissão pioneira de doze oficiais³⁸ presidida pelo coronel Prata Dias, em funções desde Junho de 1926, o capitão Álvaro Salvação Barreto terá ascendido *de facto* a Presidente da Comissão de Lisboa ainda em 1926 ou no início de 1927, na sequência do endurecimento da Ditadura Militar, após a revolta de Fevereiro em que, juntamente com os capitães de Artilharia Esquível e Libório, professores do Colégio Militar, estiveram «às ordens [do] Governo Militar durante o motim revolucionário, onde voluntariamente prestaram valiosíssimos e activos serviços, tanto de ligações como combatendo, de facto, os revoltosos», conforme documento assinado pelo Chefe de Estado-Maior, coronel Júlio de Moraes Sarmiento, dirigido ao Director do Colégio Militar.³⁹

Vários factores, nomeadamente de ordem militar, terão contribuído para a posição dominante de Barreto na estrutura da censura. Não só dera provas enquanto operacional na defesa armada da Ditadura, como pertencia à arma de Artilharia, das mais prestigiadas no Exército juntamente com a Engenharia Militar e era o oficial mais antigo entre os censores, com a patente de capitão desde 1918, sendo promovido a major na sequência da tentativa revolucionária de Fevereiro. Por fim, será de reconhecer em Barreto qualidades pessoais que favoreceram a sua promoção e a progressiva secundarização do coronel Prata Dias no órgão censório, um oficial em fim de carreira, de uma geração anterior que, para a opinião pública, dava «de si a imagem de bonacheirão, não-te-rales», na expressão de José Ribeiro dos Santos. (Santos, 1986: 52) Este jornalista, chefe de redacção do *Diário de Lisboa*, sobre Salvação Barreto, enquanto director da censura, traçaria uma apreciação bem distinta apontando-o como homem «de notória qualidade mental, fino como uma raposa», acrescentando:

“Chamava de tempos a tempos os responsáveis dos jornais, um por um, para “acerto de agulhas”, conversas em geral longas, de matéria vaga, sempre à espreita da oportunidade para passar o seu recado... Numa dessas conversas, salta-me um dia com esta: que o seu lugar era muito espinhoso e difícil, mas que também tinha os seus encantos: que eu nem suspeitava quanto ele admirava os malabarismos de alguns autores de artigos, que se ocupavam de matéria melindrosa e susceptível de cortes, mas a quem o seu arbítrio (dele, Barreto) algumas vezes resolvia premiar autorizando que fosse publicado aquilo que, segundo ele, deveria ser cortado! Referia-se, como especificou, principalmente a algumas pequenas publicações, de projecção naturalmente limitada, pelo que, dizia, daí não viria grande mal ao mundo...” (Santos, 1986: 56-57).

O exercício do cargo de director geral de censura à imprensa pelo coronel Prata Dias, «arruinou a sua saúde», conforme referência expressa no louvor público do governo de Domingos de Oliveira.⁴⁰ Documentação médica constante do processo militar parece dar algum crédito às razões oficialmente avançadas para o abandono do cargo em 1931, depois de já ter passado à reserva em 1930, dado confirmar-se estar atingido por «surménage», decorrente dos seus afazeres profissionais e das tensões a que inevitavelmente estaria sujeito, como resultado da luta de facções no interior da Ditadura.

O único oficial da comissão de censura de Lisboa que poderia ter concorrido com Barreto na liderança da censura era o capitão Monteiro Libório, «um verdadeiro esteio do regime» (Santos, 1986: 53), instrutor de Artilharia no Colégio Militar em 1926, mas a sua juventude (28 anos) e a recente promoção a capitão impediram que viesse a ocupar então um lugar mais proeminente na censura.⁴¹

Compreende-se assim que, já em 1930,⁴² Barreto assumiu o título de director-geral interino da nova estrutura criada formalmente em Setembro de 1928, a DGSCI, ocupando o cargo de presidente da Comissão de Censura de Lisboa, até 30 de Outubro de 1931, merecendo igualmente por parte do governo de Domingos Oliveira um louvor público:

“Manda o Governo da República Portuguesa, pela Presidência do Ministério, conferir justos e merecidos louvores ao major de artilharia Álvaro Salvação Barreto, pelo incedível zelo e patriotismo com que, durante perto de cinco anos, desempenhou o cargo de presidente da comissão de censura de Lisboa, prestando assim à Pátria e à República um importante e relevantíssimo serviço.”⁴³

à semelhança do conjunto de doze oficiais que com ele colaboraram nos primeiros anos de Ditadura Militar e que, em alguns casos, continuarão a integrar o núcleo

duro da censura à imprensa no Estado Novo e, depois de 1 de Novembro de 1932, o cargo de Director-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa substituindo o coronel João da Conceição Tomás Rodrigues na DGSCI.⁴⁴

Este oficial de Infantaria, companheiro de Salvação Barreto no Colégio Militar de 1922 a 1925, integrou depois o Corpo do Estado-Maior na Ditadura Militar, vindo a ser nomeado em 25 de Novembro de 1931 para a Comissão de Censura à Imprensa de Lisboa, numa lista de onze oficiais⁴⁵ ocupando o cargo deixado vago por Prata Dias, numa solução de manifesta transitoriedade, resultante duma aparente solução de compromisso entre as forças apoiantes da Ditadura, reforçadas após o 26 de Agosto de 1931, dentro das quais a facção salazarista não parece ter tido ainda a força suficiente para impor o nome do já então director-interino major Salvação Barreto para a posição cimeira desta estrutura do aparelho de Estado.

Vários são os sinais de que a acção de Tomás Rodrigues não foi consensual ao longo do curto período em que esteve à frente da censura, mas são sobretudo factos posteriores que revelam pertencer este oficial a um sector militar progressivamente marginalizado pela corrente salazarista. Na sequência da publicação da relação de oficiais julgados idóneos para ingressarem no Corpo de Estado-Maior, no quadro da reorganização do Exército dirigida por Santos Costa em 1937 (Faria, 2000: 168-171), Tomás Rodrigues será liminarmente excluído da elite militar, por decisão política, de nada lhe valendo o apelo que faz a Salazar, ministro da Guerra, recordando «ter exercido em época recente, e a par das suas funções militares [...] o cargo de maior confiança política como Director-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa», restando-lhe como magra compensação a nomeação para director do Museu Militar em 1938, cargo que exerceu até 1956.⁴⁶

O percurso de Salvação Barreto no ano de 1932, até atingir o topo da hierarquia da censura, permanece algo obscuro, não tendo sido encontrado qualquer documento mencionando a sua presença na censura de finais de 1931 a Novembro de 1932, sabendo-se que nesse mesmo ano, não só obteve o diploma de engenheiro fabril como iniciou funções na Câmara Municipal de Lisboa, razões bastantes para admitir que a sua afirmação em 4 de Novembro, de que está de «regresso à Dir. Ger. dos Serviços de Censura», «serviço de que mais uma vez fui encarregado» tenha correspondido a um efectivo afastamento do aparelho censório.⁴⁷

A nova equipa que irá constituir não é apenas da sua confiança pessoal, como certamente fiel ao ideário salazarista, situação que o ministro do Interior implicitamente reconhece em carta ao Director-Geral cessante Tomás Rodrigues, pois, após testemunhar o seu apreço pela forma como o cargo foi exercido, agradece também aos oficiais que vão abandonar funções, pela «conveniência de assegurar unidade de critérios entre o Director e os subordinados – unidade que está em jogo com a mudança da Direcção».⁴⁸

Desde 1 de Novembro de 1932 Salvação Barreto reúne as condições, quer em termos de coesão de equipa, quer a cobertura política de Salazar para preparar a segunda e decisiva reorganização dos serviços de censura. Esta passará pela recomposição da equipa da Direcção-Geral com a nomeação de dez oficiais em 14 de Novembro de 1932⁴⁹ que garantirão nos anos trinta, e até posteriormente, o núcleo de elite da DGSCI e em que se assinalam como traços comuns, uma participação anterior na censura, para onde entraram em 1928-1929, à excepção dos capitães Monteiro Libório e Francisco Ferreira do Carmo pertencentes à comissão inicial de 1926, a patente de capitão, com excepção do major Rodrigo Barradas e a pertença, na quase totalidade, à arma de Artilharia, situação que confere à Comissão de Lisboa um carácter elitista no quadro do aparelho da censura à escala nacional.

Deverá igualmente ser sublinhado que a Comissão de Censura de Lisboa aparece ligada a sectores do exército predominantemente técnicos ou com capacidade operacional, no activo, sendo raros os oficiais que nas décadas de trinta ou quarenta estão na reserva ou na reforma, e nunca militares da classe de sargentos, contrariamente a uma tese tão comumente difundida (Azevedo, 1999: 70) que não leva em conta a durabilidade do regime e as mutações ocorridas desde a sua instalação, com uma nova geração política, e a sua transformação ao fim de décadas numa «gerontocracia extrema» (Schmitter, 1999: 36).

Da censura à elite política do regime salazarista

Após o 28 de Maio, o ainda capitão Salvação Barreto integra a Comissão de Censura de Lisboa mas isso não o impedirá de, em paralelo, desenvolver outras actividades: continuará a exercer funções no Colégio Militar, já com a patente de major a que ascendeu em 16 de Julho de 1927, e que suspende nos anos lectivos de 1928 a 1930, para retomar em 1930-1931 com a sua nomeação para professor efectivo do 9º grupo de disciplinas do Colégio Militar em 1931, deixando de ali exercer funções a partir de 15 de Novembro de 1932. Ainda como docente leccionou numa escola de elite, o Colégio Infante de Sagres, entre 1935 e 1937, a que o jornalista Ribeiro dos Santos se refere como «colégio particular de apreciável nomeada» (Santos, 1986: 56).

Com a Ditadura Militar, a Câmara Municipal de Lisboa foi dissolvida em 2 de Julho de 1926 e criada uma comissão administrativa nomeada pelo governo. Por ela irão passar nos primeiros anos da ditadura destacadas figuras militares, sinal da importância da capital, mas também do afastamento de alguns oficiais dos centros de decisão política do país (Faria, 2000: 25), onde oficiais subalternos e capitães mantinham uma força considerável a nível de certas unidades que Salazar procurará canalizar a seu favor na luta que o oporá ao republicanismo conservador. (Ferreira, 1996: 156)

A ligação de Álvaro Salvação Barreto à Câmara Municipal de Lisboa insere-se no processo de ocupação sistemática na Ditadura Militar dos principais cargos públicos na administração central e local por militares menos graduados, o que levou um historiador norte-americano a falar de «regime dos alferes» (Wheeler, 1988: 15). Também Salazar, ao reflectir sobre a génese do Estado Novo, não deixou de salientar que a «origem militar da Ditadura Portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial» (Ferro, 1933:XXVIII), o que se traduziu no plano da censura por uma situação peculiar no quadro dos regimes autoritários em que num registo de história comparada com o fascismo italiano,⁵⁰ o nacional-socialismo alemão⁵¹ e o regime franquista,⁵² só em Portugal é possível encontrar uma estrutura censória *exclusivamente militar* no exercício da censura prévia à imprensa até ao termo da Segunda Guerra Mundial.

Foi já na presidência do coronel Linhares de Lima, entre 1932-1934, e do general Daniel de Sousa, desde finais de 1934, que o major Salvação Barreto foi chamado a exercer cargos na Câmara Municipal de Lisboa, ocupando a vice-presidência camarária de 13 de Julho de 1933 a finais de 1937.

Na notícia alargada que o jornal nacional-sindicalista *Revolução* dedica em 1933 à nova equipa camarária do tenente-coronel Linhares de Lima, dos sete vogais, o jornal publica o retrato de quatro e o do presidente, não dedicando uma linha sequer à figura do major Barreto, facto significativo do azedume que os *camisas azuis* nutriam pelo chefe da censura devido à sua utilização⁵³ como «arma inicial do regime contra o Nacional-Sindicalismo, com particular severidade a partir do Outono de 1933» (Pinto, 1994: 237-238).

O ano de 1937 e o início de 1938 ficaram marcados por dois acontecimentos em que Barreto mais uma vez evidenciou a sua total dedicação a Salazar. Na sequência da aprovação da legislação que reorganizou o Exército e o conduziu à subordinação a Salazar, mas que suscita a abertura de uma crise político-militar entre o regime e a instituição castrense, Salvação Barreto não só é encarregado de transmitir para a imprensa as orientações directas de Salazar, como integra um núcleo de jovens oficiais que faziam uma avaliação do posicionamento das unidades durante o período de crise (Faria, 2000: 182-183). Telmo Faria considera que, na contenção da ameaça contra a estabilidade do regime, se registou «um forte contributo da censura pelo largo papel desenvolvido na eliminação de notícias na imprensa e na rádio, quer seja no corte a artigos mais «excitados» na defesa das reformas, quer seja nas alusões ao descontentamento que lavrava no meio militar», sendo igualmente posta em relevo a acção do capitão Dimas Lopes de Aguiar, adjunto na DSC.

Ainda em 1937 teve lugar um conjunto de atentados bombistas em 20 e 21 de Janeiro, de natureza anarquista, que culminariam na tentativa frustrada contra a vida de Salazar em 4 de Julho de 1937. A memória deste atentado

surge em palavras de Barreto, alguns anos mais tarde, num testemunho vibrante de 24 de Abril de 1946, a poucos dias do aniversário de Salazar:

“Não me atrevo, por receio de parecer vaidoso, a acrescentar em cima, “meu querido amigo”, e também porque a expressão presta-se a dúvidas, tão mal usada é. Mas se eu estivesse hoje no gabinete de V.Exa, sem mais ninguém a ver-me, pediria outra vez licença para o abraçar, como sucedeu no dia seguinte ao do atentado. Então não haveria risco de interpretações erradas porque o coração diria no abraço o que a compostura nas atitudes impede que se diga.”

Neste período, Barreto vê amplamente reconhecida a sua fidelidade ao ditador ao ser cooptado entre 1938 e 1944 para deputado da Assembleia Nacional, a par da direcção dos serviços de censura, escolha que Franco Nogueira integra na vontade de Salazar em «incluir homens novos, saídos já de uma segunda geração que desponta para a vida política na vigência do Estado Novo, e que refrescassem o escol político ao serviço deste», razão pela qual teria seleccionado «alguns homens entre os vinte e cinco e os trinta anos», onde inclui, com falta de rigor, o próprio Salvação Barreto, na altura já com 48 anos (Nogueira, 1986: 178-179). Ainda em 1938 numa tentativa de garantir a sua progressão na carreira militar, que um prolongado afastamento do comando de tropas punha em risco, é colocado no Regimento de Artilharia Ligeira nº 3, regressando em 30 de Março de 1940 à sua condição de professor do Colégio Militar. Em 5 de Setembro de 1940 foi promovido a tenente-coronel, posto mais elevado que alcançou na sua carreira militar por ter passado à reserva em 17 de Fevereiro de 1945, quando era 2º comandante do Regimento de Artilharia Pesada nº 1.

No que se pode considerar como mais um indicador da considerável influência política do director da censura, em 1942, quando se intensifica a agitação social (Rosas, 1990: 363-365) e os dirigentes sindicais corporativos procuram abordar directamente Salazar, de acordo com o testemunho do dirigente do sindicato dos Bancários, Pereira Ferraz, contactaram «com o Salvação Barreto, que estava nos Serviços de Censura» e conseguiram «finalmente ser recebidos por Salazar» (Castanheira, 1983: 190-191), tudo levando a crer ter aquele desempenhado «papel decisivo» para que o encontro tivesse lugar em 20 de Abril, porventura com a conivência e a mediação de outros sectores do aparelho de Estado se não mesmo do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência – INTP (Patriarca, 1995: 585). De facto, no seu *Diário* referente ao domingo, dia 19 de Abril de 1942,⁵⁵ Salazar registou:

“Ten-cor. Barreto, da censura, queixas de dirigentes de sindicatos acerca da situação que lhes terá sido criada pela não resolução de algumas coisas pendentes, algumas de importância moral apenas – propaganda comunista,

alta de salários etc. conversa que teve com alguns dirigentes de sindicatos que desejam ser recebidos” e, vinte e quatro horas depois, anotava o encontro com os sindicatos corporativos: «Alguns presidentes de sindicatos de Lisboa – mensagem mal-estar da classe operária. Críticas à organização corporativa. Respostas exposição sobre o problema corporativo em Portugal. Vantagens e defeitos – medidas em estudo».⁵⁶

Ainda na década de quarenta, ao serviço do ministério da Educação Nacional será nomeado director-geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, não tendo a sua acção passado despercebida aos jornalistas desportivos, no período em que acumulou a chefia da censura com o controlo sobre o desporto (1942-1943). Como recorda Raul Rego, com ironia, «dezenas de vezes vimos cortar apreciações críticas ao trabalho do árbitro nos desafios de futebol, só porque a crítica era desfavorável. A esse ponto chegou em Portugal o endeusamento da autoridade, o princípio fascista de que o Duce tem sempre razão... até quando se trata de um duce de apito» (Rego, 1969: 23-24).

Não há uma razão unívoca para o abandono da censura por Álvaro Salvação Barreto e a sua entrada para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que manterá, juntamente com o de procurador à Câmara Corporativa, até à sua reforma em 8 de Abril de 1959. A apetência por um cargo de prestígio na elite salazarista tirando partido da experiência como vice-presidente da CML, bem como o precário estado de saúde da mulher, Maria do Sacramento Pereira Coutinho Facco Viana, que viria a falecer em 21 de Abril de 1945, «após anos de crudelíssimo sofrimento»,⁵⁷ poderão ter igualmente condicionado a opção de abandono da carreira militar com a consequente passagem à reserva em 1945. cremos, no entanto, que o factor determinante será de natureza política quando, na sequência da criação do SNI e da subordinação da propaganda e da censura a Salazar, num contexto marcado pela «desfascização» relativa no funcionamento dos aparelhos do regime,⁵⁸ se consumou o que Salvação Barreto temera desde 1933, a gradual perda da autonomia funcional do aparelho da censura relativamente ao da propaganda, que sofrera um primeiro golpe com a criação do Gabinete de Coordenação em 1940.

Durante a crise social de 1943 o SPN fora objecto de críticas pela sua incapacidade de resposta à propaganda subversiva e António Ferro reconhecia não ter actuado o SPN «de forma decisiva, na criação e consolidação de uma contínua boa atmosfera dentro do regime», mas não deixava de atribuir essa insuficiência à falta «de meios hierárquicos e legais (e até certo ponto materiais) para dirigir, eficaz efectivamente, a opinião pública», considerando que «tal deficiência só poderá vir a ser removida desde que a acção do SPN abranja todos os órgãos de formação de opinião pública (censura, espectáculos, etc.) e desde que seja

elevada, de qualquer forma, a sua categoria burocrática», na já referida alusão ao estatuto político do SPN quando comparado com o seu homólogo italiano.⁵⁹

No início de 1944 vivia-se no país um prenúncio de viragem com o regime a adaptar-se às alterações decorrentes da previsível vitória dos Aliados: a União Nacional prepara o seu II Congresso de Maio onde Salazar falará sobre «A preparação nacional para o pós-guerra» e, em Setembro, tem lugar a remodelação governamental em que Salazar cede a pasta da Guerra a Santos Costa. Terá sido este o momento para, a nível da censura, se iniciar o processo de renovação do pessoal político dirigente por forma a obter uma melhor coordenação entre organismos responsáveis pela formação e informação da opinião pública em Portugal, dinâmica que se acreditava fundamental para garantir a continuidade do regime (Barros, 1993: 287).

No dia 23 de Fevereiro de 1944 era publicado o Dec.-Lei nº 33545 criando o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), em substituição do SPN, ainda dirigido por António Ferro; Salvação Barreto tomaria posse da presidência da Câmara Municipal de Lisboa a 6 de Março deixando a censura nas mãos do major Armando das Neves Larcher até 1959.

Era o fim de um ciclo, quer à frente da Censura, quer na gestão da própria Câmara, como adiante se verá, e a consagração de Ferro sobre dois rivais, Duarte Pacheco (Ferreira, 1987: 145) e Salvação Barreto.

Passados três anos sobre a sua saída da direcção da censura à imprensa, Salvação Barreto, em carta a Salazar de 1947,⁶⁰ manifesta-se crítico da escolha do seu sucessor à frente da censura, defende a autonomia da instituição e aponta os nomes dos oficiais da sua confiança que gostaria que tivessem ocupado a direcção da censura: majores Afra Nozes e Dimas de Aguiar.

“O António Ferro sugeriu-me que falasse a V.Exa do conceito em que tenho o Major Afra Nozes para dirigir os Serviços de Censura. Faço-o com a segurança de um íntimo contacto de quase 20 anos daquele serviço que me apaixonou e a ele. Se não sugeri o seu nome quando deixei o serviço e apenas me contentei em indicá-lo para continuar em subdirector, fi-lo, porque, sendo apenas capitão e de aspecto juvenil, confiei em que com director mais graduado asseguraria, por um lado, a orientação costumada na execução do serviço e, por outro aliviá-lo-ia das responsabilidades das relações que exigem idade, galões e experiência dos homens. Errei, então, porque contei que o tenente-coronel Larcher, pessoa que, aliás, tenho em grande consideração, estimasse o serviço como eu o estimei, isto é, em valor importantíssimo como auxiliar político, como meio de permanente irradiação, de entusiasmo e defesa do que, na obra a que V.Exa deu a sua vida, nos é caro. As coisas não se passaram assim, e na iminência de vir a deturpar-se a tradição de um

serviço onde deixei 20 anos da minha devoção por esta terra e pelo sacrifício que V.Exa lhe votou, onde noite e dia o acompanhei nos bons e nos maus momentos, entre as paredes de uma casa quase miserável, onde não se criaram vaidades, mas apenas o orgulho de ajudar na sua tarefa – e, durante tantos anos sem a recompensa única que desejei – de ser contado como amigo dedicado – na iminência de tudo isto morrer, e mal, tenho de dizer, de facto, que a pessoa indicada é o Major Nozes.

O Major Dimas de Aguiar, que também lá serve ainda, se aceitasse, faria bom lugar, de acordo com o Nozes, como subdirector.”

O pessimismo que este texto revela quanto ao destino da censura e a substituição da equipa dirigente, de que fora também afastado o major Rodrigo Barradas, presidente da Comissão de Lisboa de 1932 até 1943, impedido de regressar à censura após uma ausência para progressão na carreira militar, ganha um maior significado na carta enviada a Salazar pelo major Afra Nozes em 1948. Subdirector desde 1943 até ser mobilizado para a Madeira em meados de 1945, regressou um ano depois e, «contra o que esperava, pois era usual receber nos serviços mesmo aqueles oficiais que voluntariamente deixavam o continente – e não era o [seu] caso →» não foi convidado para ocupar o antigo lugar ou desempenhar outras funções na censura e quando o lugar de subdirector vagou foi preenchido sem que nada lhe tivesse sido comunicado. «Até hoje – e mais de um ano é já passado – nada mais soube, nada mais me foi dito e nem sequer resposta teve nova carta que escrevi» pelo que não lhe resta mais do que manifestar a mágoa, «que é a mágoa daqueles que tendo servido dedicadamente se vêem postos à margem, sem uma explicação, sem uma simples palavra». ⁶¹

Em 1954, dez anos após ter abandonado a censura e depois de Ferro ter deixado o SNI, na sua derradeira tomada de posição sobre o assunto, volta junto de Salazar ⁶² a criticar o funcionamento da censura e a solução de liderança então encontrada:

“Aquele serviço perdeu o espírito que o informou, parece [...] estou a meter-me onde não sou chamado, bem o sei, mas peço desculpa: digo a V. Ex^a aquele serviço precisa de revisão. Conheço-o bem e tenho a consciência pesada porque cometi, quando saí, um erro. Já o disse a V. Ex^a foi um erro e grave. Tinha de repetir isto a V.Ex^a.”

Ao longo de duas décadas Barreto edificara um modelo centralizado de censura, com um aparelho reduzido que ficava aquém da centena de efectivos, motivados politicamente e com forte espírito de corpo, dado o pessoal político ser exclusivamente militar. A eficácia que os serviços de censura à imprensa revelaram sob a liderança de Salvação Barreto está indissociavelmente ligada à natureza autoritária do salazarismo que, também no domínio da censura, logrou obter o «coeficiente óptimo de terror», (Martins, 1998:45) através de

uma máquina que privilegiou a censura prévia como a que melhor se coadunava com um regime que, pela sua origem militar, não tinha no partido mobilizador o instrumento decisivo do controlo social, atribuindo esse papel aos aparelhos da administração, incluindo a polícia política, os órgãos corporativos e a própria censura (Cruz, 1988: 255). Nesta circunstância, a componente militar do seu pessoal político revelou-se um instrumento adequado ao controlo da opinião pública, não tendo a acumulação de funções especificamente militares com as da censura, para a qual Barreto alertou Salazar desde 1933⁶³, sido razão suficiente para pôr em causa um modelo de censura que também se alicerçou nas generosas gratificações auferidas pelos oficiais censores – em 1937 Barreto recebia de gratificação 2600\$00⁶⁴, muito acima do vencimento de major, 1635\$40 – e, sobretudo, no desígnio de Salazar em moderar a influência do coreógrafo da propaganda do regime, António Ferro, com o controlo da imprensa por Salvação Barreto.

Os anos na Câmara Municipal de Lisboa

A presidência da Câmara Municipal de Lisboa era uma questão política em aberto, desde a morte de Duarte Pacheco em Novembro de 1943, substituído em regime interino pelo oficial de Engenharia, Eduardo Rodrigues de Carvalho,⁶⁵ e começou a ser preparada em 15 de Janeiro de 1944⁶⁶ com o eng. Sebastião Ramires, ex-ministro, conselheiro de Salazar e vogal da comissão executiva da União Nacional.

O convite para a CML surge quando Salvação Barreto fora nomeado pela hierarquia militar para frequentar, em Fevereiro, o curso para promoção a coronel no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), razão pela qual o ministro do Interior se apressa a pedir o adiamento da frequência daquele curso, alegando as funções de Director dos Serviços de Censura «de que não convém afastá-lo neste momento». ⁶⁷ Na sequência deste adiamento, que obtém de imediato autorização por parte de Santos Costa, ⁶⁸ a nomeação de Barreto para o cargo foi discutida em reunião com Salazar e o ministro do Interior em 11 de Fevereiro, mas Salazar tinha outras cartas na manga perante uma eventual escusa de Barreto: no seu *Diário*,⁶⁹ coloca dois outros nomes interrogados, o do engenheiro Cid Perestrelo,⁷⁰ professor do Instituto Superior Técnico e o de Simões Neves,⁷¹ que fora seu chefe de gabinete e secretário quando sobraçou a pasta das Finanças entre 1928 e 1940.

A fase das Comissões Administrativas à frente da Câmara Municipal de Lisboa terminara no início de 1938 com a nomeação, pelo governo, de Duarte Pacheco como primeiro presidente efectivo, à luz do Código Administrativo de 1936 que colocou os municípios sob a tutela do poder central. Pouco tempo depois, Duarte Pacheco, que desempenhara o cargo de 1932 a 1936, volta a chefiar o

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, agora em acumulação com a presidência da Câmara de Lisboa, circunstância que lhe iria permitir uma forte intervenção urbanística.

Nestas duas décadas, de trinta e quarenta, nascerá na capital o que Matias Ferreira designa por *Lisboa do Império*, numa conjuntura político-urbanística contrastante com a que a partir dos anos sessenta permitiu a formação da *Metrópole de Lisboa* (Ferreira, 1987: 66). Inaugurando o que se configura como *presidencialismo camarário*, Duarte Pacheco desencadeou uma política urbanística marcada pela «municipalização do solo» e o lançamento das bases para o primeiro Plano Director de Lisboa, num quadro definido pelo autoritarismo político e pela modernidade urbanística. (Ferreira, 1987: 126). Se Duarte Pacheco tinha marcado a sua intervenção urbanística a partir de 1938 por uma concepção imperial da capital do país, dez anos depois, na gestão Barreto, o *leitmotiv* da urbanização em Lisboa passará a ser a especulação fundiária, com a venda de terrenos municipais a tornar-se «o volante da expansão da cidade», num processo de transição urbanística para um modelo marcado pela dimensão especulativa, que se reforçou após 1943 e se assumiu plenamente a partir dos anos cinquenta na gestão do antigo censor (Ferreira, 1987:145 e 169).

Decorre da volumosa correspondência entre Barreto e Salazar, a partir do fim da década de quarenta, que o exercício do cargo de presidente da Câmara tornou a relação pessoal com o ditador mais distanciada, com o pedido frequente de Barreto para ser recebido por Salazar, a quem dá a conhecer os mais diversos aspectos da gestão municipal. Particular atenção é dada aos contactos internacionais, área em que não se sente particularmente à vontade: Barreto estará por duas vezes em Paris (1948 e 1951), Madrid (1950 e 1953⁷²), Florença/Roma (1955) e Londres (1956). No congresso de presidentes de câmara organizado por Florença receia o aproveitamento político anticolonialista que Nova Deli possa fazer no fórum internacional, desconfia da participação de Moscovo e de outras cidades comunistas e é surpreendido, já em Roma, na exposição sobre Lisboa, com a «visita escandalosa» do embaixador soviético e mulher: «Ficámos todos comprometidos, o nosso embaixador, o Ferro, outras pessoas, mas recebemo-los e tivemos que lhes mostrar todas as salas», o que o leva a interrogar-se se «isto não estará tudo coordenado?» e a antecipar o seu regresso a Lisboa a meio do congresso. Também a visita a Londres, bem mais tranquila, o decepcionou face à quase inexistente cobertura noticiosa da imprensa que «nada ou pouco se interessou por nós».⁷³

No plano interno, a correspondência com Salazar coloca-o a par dos problemas camarários, mas o dado mais relevante é o desgaste político que Barreto parece acusar desde o início dos anos cinquenta. Ainda em 1949 mostra-se indignado com o teor de uma notícia do correspondente em Lisboa do jornal suíço *Tribune*

de Genève, ameaçando «chamar este senhor aos tribunais para provar o que afirma» e contactar o Sindicato Nacional de Jornalistas, na esperança de que «ainda tenha certa posição no controlo dos correspondentes estrangeiros».⁷⁴ Em 1951 os problemas em torno da Câmara avolumam-se, relatando em 7 de Abril ter tido «sensaborias» que passaram para os jornais e interroga-se se não estará «velho e cansado», além do que julga, colocando, pela primeira vez, a possibilidade de se afastar⁷⁵ depois de a imprensa ter publicado uma nota do Ministério das Obras Públicas que o deixou «perante o público em situação deplorável», porque não se cuidou nem da sua «dignidade pessoal nem da seriedade» com que exerce funções.

No entanto, o período do seu exercício até 1955 decorre, aparentemente, sem sobressaltos, evidenciando desde 1950 preocupação com o rápido aumento das barracas clandestinas, apesar da construção de alguma habitação social que encarava como «dever de assistência»⁷⁶, satisfaz os pedidos de Salazar para concessão de casas aos seus «protegidos»⁷⁷, acompanha as obras em curso ou planeadas, promove apoios para o elitista Círculo de Cultura Musical e reage com desagrado às parcas críticas que a censura permite à imprensa lisboeta, com destaque para o *Diário Popular*. Mas no final de 1955, quando confidencia de novo a Salazar estar «velho, cansado de trabalhar», ambicionando «um pouco de sossego», o lançamento de uma sindicância aos serviços camarários, formalmente pedida pelo próprio Barreto, mas sugerida pelo ministro do Interior, Trigo de Negreiros, conotado com a ala reformista apoiante de Marcelo Caetano, vem toldar os últimos anos do seu mandato à frente da CML.

No início de 1956⁷⁸ admite estar «fatigado e talvez esgotado» e nem sempre ter tido «ajudas boas na chefia das repartições», pedindo que a sua «saída se faça quando se esclareça o ambiente que a sindicância veio sondar». A filha Maria Luísa, em correspondência de Luanda para Salazar, ilumina o clima de corrupção instalada na CML: «Construtores que depositam dinheiro para os engenheiros e chefes e que o Pai só vem a saber depois destes próprios se virem queixar. E agora ainda por cima, essa [sindicância]. Estou furiosa, estou».⁷⁹

Com o arrastar da sindicância o mandato de Barreto prolongar-se-á até ao início de 1959, ultrapassado o sobressalto da campanha de Humberto Delgado, é a vez de Barreto pedir abertamente a Salazar para abandonar a CML: «Resumindo: estou pronto a sair imediatamente e peço-o encarecidamente. Julgo isso politicamente aconselhável e quanto mais depressa melhor», porque esgotou «homens e iniciativas» e a sindicância veio minar as relações dentro da própria Câmara e com sectores da governação, a Direcção Geral de Administração Política e Civil e, por via dela, o próprio ministro do Interior, «a somar à incompatibilidade com o das Corporações». «A sindicância é e tem sido sempre o meu maior problema!».⁸⁰

Salazar aceitará a saída de Barreto da CML⁸¹ o qual, com sentido de oportunidade, pedirá também a aposentação para se reformar «com o vencimento de presidente da Câmara o que só será possível se a exoneração não me for dada antes da junta médica», razão por que a data formal da exoneração é de 25 de Março de 1959.

Salvação Barreto está à beira dos setenta anos, mas a retirada da vida pública não significará o abandono da posição destacada que conquistara no escol do Estado Novo. Passa agora parte da semana numa quinta que alugara em Bicesse. Salazar lembra-se dele para o Conselho Fiscal da Televisão⁸², serviço que Barreto considera de «muito interesse educativo e de propaganda», mas onde não permanecerá muito tempo. Invocando a «generosa amizade» com o Presidente da República, Américo Tomás, aceita o convite para um novo cargo⁸³, na administração da Cidla, que irá ocupar até ao fim da ditadura salazarista-marcelista. Já a sugestão para presidir a uma Comissão de Estudo de Lacticínios é encarada com reserva, considerando não ter tido boas relações com o sector enquanto presidente da Câmara de Lisboa.⁸⁴

No ano em que morre a sua filha primogénita, Maria José, Barreto vai ter alguns problemas de saúde mas recupera, e é a própria filha Maria Luísa que informa Salazar: «O Pai está tão bom, que chego a pensar se não teriam operado outro em vez dele. Faz a sua vida perfeitamente normal, vai à Cidla todos os dias, vai à caça»⁸⁵.

A entrada de Barreto no conselho de administração da Cidla,⁸⁶ (Martins, 1973: 33-77), onde pontificava também como administrador um dos fiéis próceres da ala mais conservadora do regime, Francisco do Casal-Ribeiro⁸⁷ é o corolário lógico duma carreira inteiramente devotada a Oliveira Salazar de cuja «bondade»⁸⁸ advieram benesses para vários membros da família Barreto, num indisfarçável tráfico de influências, ao mais alto nível político, longe do escrutínio da opinião pública e da imprensa censurada.⁸⁹ Maria Luísa que terá, até ao seu casamento em 1954, um contacto próximo com Salazar, dele recebendo uma «magnífica prenda de casamento», continuará a manter correspondência, nos anos que passa com o marido em Angola e Moçambique, ao serviço da Cidla, não hesitando em escrever a Salazar para fazer entrar o cunhado, D. Lopo de Bragança, para o Conselho Fiscal do Banco de Portugal.⁹⁰ Naquela última colónia são de resto perceptíveis as ligações de parte da família aos interesses coloniais, já que a tia Maria Ritta é proprietária de uma fazenda em Xinavane com 10000 hectares e 4000 cabeças de gado.

A poucos anos da saída de cena política de Salazar a correspondência entre Barreto e o ditador cessa em 1965.

Álvaro Salvação Barreto, censor emblemático da ditadura salazarista, morreu no anonimato em 22 de Novembro, corria o Verão Quente de 1975.

Notas

¹ *O Século*, 5 de Março de 1944.

² *Diário da Manhã*, 2 de Março de 1944.

³ *O Século*, 2 de Março de 1944.

⁴ Apenas duas obras de natureza enciclopédica se referem a Álvaro Salvação Barreto: a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, p. 817 e vol. 40, p. 516, e, mais recentemente, o *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974* (dir. de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República, 2004, pp. 227-229, este último com enfoque nos aspectos ligados à sua actividade como deputado e procurador à Câmara Corporativa. Quer o *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito), Vol. I e II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, quer o *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, (Coordenadores) António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, omitem, no geral, a acção de Álvaro Salvação Barreto.

⁵ As fontes dos arquivos militares sobre o tenente-coronel Salvação Barreto reportam-se ao processo na Academia Militar, AAM - Proc. 6183, Cx. 150 e ao processo expurgado no Arquivo Geral do Exército, AGE - Proc. 103/75, Cx. 11, Histórico.

⁶ Gomes, Joaquim Cardoso, *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006 e a versão inicial *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1997 que inclui o Anexo 1, *Biografias dos oficiais censores (1926-1939)*.

⁷ *Diário da Tarde*, 12 de Julho de 1926, nota oficiosa do Governo Civil de 10 de Julho de 1926.

⁸ *Voz do Sul*, 26 de Dezembro de 1926.

⁹ *O Cardeal Saraiva*, 4 de Novembro de 1926, circular enviada a todos os administradores de concelho.

¹⁰ ADSC-BN. A única excepção a este princípio, até 1945, teve lugar no contexto da Segunda Guerra Mundial quando foi nomeado censor da delegação de Setúbal, entre 1939 e 1944, o capitão-tenente Luís de Arriaga de Sá Linhares, oficial da Armada, capitão do porto de Setúbal, deputado à Assembleia Nacional (1942-1945) e presidente da Câmara Municipal de Almada (1947-1951). Cf. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974*, pp. 843-847.

¹¹ ANTT-AOS/CO/PC-8, pasta 1.

¹² ANTT-AOS/CP/26, 19 de Outubro de 1933.

¹³ Nota manuscrita de 30 de Outubro de 1933 sobre ofício n.º 649 da DGSCI dirigido ao ministro do Interior em 19 de Outubro de 1933. ANTT-AGMI, maço 466.

¹⁴ Circular de 4 de Novembro de 1932 do director-geral aos oficiais das delegações, Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *A política de informação no regime fascista*, vol. 1, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1980, pp.29-31.

¹⁵ Circular n.º 1087 de 11 de Agosto de 1934, ANTT-AGMI, maço 466.

¹⁶ ANTT-AOS/CP/26.

¹⁷ Pinto, António Costa, «O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp.1056-1057.

¹⁸ ANTT-AGMI, maço 461; também publicado pela Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, *A Política de Informação no Regime Fascista*, vol.1, pp. 44-47.

¹⁹ ADSC-BN. Circular interna, sem número, de 20 de Fevereiro de 1934, *Censura a livros e outras publicações não periódicas*.

²⁰ ADSC-BN. Circular nº 118 de 7 de Outubro de 1935 da DGSCI assinada pelo major Álvaro Salvação Barreto.

²¹ Decreto nº 3773 de 25 de Janeiro de 1918.

²² Ofício nº 918 de 2 de Agosto de 1935. ANTT-AGMI, maço 476.

²³ Circular nº 124, de 24 de Julho de 1936, assinada por Salvação Barreto. ADSC-BN.

²⁴ Circular nº 148, confidencial, de 23 de Novembro de 1938, assinada pelo secretário, tenente Afonso de Carvalho, com recomendações do director. ADSC-BN.

²⁵ Circular nº 161, confidencial, 24 de Agosto de 1939 da DSC. ADSC-BN.

²⁶ Circular nº 165, confidencial, de 2 de Setembro de 1939. ADSC-BN.

²⁷ P.R.O./F.O. 371/24494, ofício do Embaixador britânico, de 8 de Abril de 1940, in Barros *et al*, 1989: 103.

²⁸ ANTT-AOS/CO/PC-8B, pasta 1.

²⁹ “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, 1940, 1º vol., 16 de Fevereiro de 1940, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.

³⁰ Relatório de António Ferro, «Análise da situação política interna e apresentação das soluções preconizadas», ANTT-AOS/CO/PC-12E, pasta 9, fls. 191-205.

³¹ P.R.O./ F.O. 371/39609 362 in Barros, 1993:84.

³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 40, p. 589 e Tengarrinha, J., *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, pp. 237-239.

³³ Carta de Salvação Barreto a Oliveira Salazar, 2 de Janeiro de 1954. ANTT-AOS/CP/26.

³⁴ Amaral, Augusto Ferreira do, *Barretos e outros contendo subsídios para a genealogia descendente de Gil Vicente*, Lisboa, Edição de Autor, 1976. Regista-se o exercício de memória selectiva do autor, sobrinho do censor, ao omitir nos apontamentos biográficos da sua genealogia os cargos mais políticos de Salvação Barreto ao serviço do salazarismo, seja o de director da censura seja o exercício de deputado e procurador à Câmara Corporativa e, no campo oposto, a posição antiditatorial do tio enquanto membro destacado do Partido Democrático e director de *O Rebate*.

Este diário foi, até 20 de Julho de 1928, o órgão das comissões do PRP de Lisboa altura em que suspendeu a sua publicação que só retomou em 23 de Março de 1930 e até 16 de Agosto desse ano, já sem carácter partidário, e agora sob a direcção de um republicano ilustre, António Maria da Silva Barreto, que em editorial escrevia: «Não foi feliz a escolha do novo nome para director de *O Rebate*. Não porque queiramos aparentar quaisquer resquícios de vaidade, sob uma falsa capa de modéstia. Antes porque as dificuldades que surgem, exigiam mais experiência jornalística e menos idade. Enfim, enquanto não apareça quem vantajosamente nos substitua neste quarto de sentinela, o que não é difícil, neste posto nos conservaremos, porque não é hábito nosso desertar.»

³⁵ *O Século* de 19 e 20 de Junho de 1943.

³⁶ Arquivo da Academia Militar, Processo 6183, Cx. 150.

³⁷ *Anuário do Colégio Militar. Ano Lectivo de 1925-26*, Lisboa, Papelaria Fernandes, s/d., p. 63.

³⁸ Arquivo Histórico Militar, 1º Divisão, 38ª secção, caixa 12, nº 2 e *O Mundo* de 23 de Junho de 1926.

³⁹ Cópia do ofício nº 772 de 18 de Fevereiro de 1927 do Quartel General do Governo Militar de Lisboa, Arquivo Geral do Exército – Proc. 71/69, Cx. 27, Histórico – Artilharia.

⁴⁰ *Diário do Governo*, II Série, nº 255, 3 de Novembro de 1931 e AHM, Cx. 2961 – Artilharia.

⁴¹ O capitão Monteiro Libório (1898-1969) foi o único oficial da primeira comissão de censura da Ditadura Militar a ascender ao núcleo da elite militar em 1957 com a promoção, ao generalato, por escolha, ocupando entre 1960 e 1961 as funções de comandante das Forças Armadas em Angola.

⁴² Circular, sem número, de 2 de Agosto de 1930. ADSC-BN.

⁴³ *Diário do Governo*, 3 de Novembro de 1931, nº 255, II Série.

⁴⁴ AHM – Cx. 3363 – Artilharia.

⁴⁵ Ofício nº 1114, 25 de Novembro de 1931. ANTT-AGMI, maço 460. No *Diário* de Leal Marques, chefe de gabinete de Salazar em 1932, dado a conhecer pela *Análise Social*, aparece uma única alusão ao chefe da censura, tenente-coronel Tomás Rodrigues, com data de 11-VII-1932, manifestando as preocupações da corrente salazarista com o jornal nacional-sindicalista *Revolução*.

⁴⁶ AHM – Cx. 3363 – Artilharia. Requerimento de 15 de Fevereiro de 1938.

⁴⁷ Circular da DGSCI, s/nº, de 4 de Novembro de 1932, assinada pelo Director-Geral e dirigida «Aos Snrs. Oficiais das Delegações da Dir. Geral dos Serviços de Censura». ADSC-BN.

⁴⁸ Ofício sem número de 31 de Outubro de 1932, ANTT-AGMI, maço 460.

⁴⁹ Major Rodrigo Barradas, capitães Monteiro Libório, Afra Nozes, Dimas Lopes de Aguiar, Pedro António Couceiro Vilar Moreira, Manuel José de Ávila Madruga, José Sebastião de Sousa Chaves, Mário Norberto Nunes, Francisco Ferreira do Carmo e Francisco José dos Santos Júnior. ANTT-AGMI, maços 458 e 460. Para as biografias destes oficiais, cf. Gomes, 1997: Anexo 1.

⁵⁰ Cesari, Maurizio, *La censura nel periodo fascista*, Napoli, Liguori editori, 1978.

⁵¹ Hale, Oron J., *The captive press in the Third Reich*, Princeton, Princeton University Press, 1973.

⁵² Sinova, Justino, *La censura de Prensa durante el franquismo (1936-1951)*, Madrid, Espasa Calpe, 1989.

⁵³ *Revolução*, nº 290, 17 de Fevereiro de 1933.

⁵⁴ ANTT-AOS/CP/26.

⁵⁵ “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, 1942, 1º vol., 19 de Abril de 1942, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.

⁵⁶ “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, 1942, 1º vol., 20 de Abril de 1942, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.

⁵⁷ *O Século*, 22 de Abril de 1945.

⁵⁸ Rosas, Fernando, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV, 157, 2001, p.1049.

⁵⁹ Relatório de António Ferro, «Análise da situação de instabilidade política interna e apresentação das soluções preconizadas», de 8 de Maio de 1943, ANTT-AOS/CO/PC-12E, pasta 9, fls. 201-202.

⁶⁰ ANTT-AOS/CP/26, 5 de Abril de 1947.

⁶¹ ANTT-AOS/CP/194, pasta 5, 5 de Novembro de 1948

⁶² ANTT-AOS/CP/26, 25 de Junho de 1954.

⁶³ Idem, 19 de Outubro de 1933. «Porém, só quem sofre como eu há sete anos quase, os embates dolorosos que resultam de tal serviço, nos pormenores traiçoeiros da sua execução, com os oficiais obrigados à acumulação fatigante com o serviço de tropas, erro que nunca consegui remover, pode apreciar quanto me desgostou a publicação de tal notícia».

⁶⁴ Ofício nº 4149 de 25 de Fevereiro de 1937 do Ministério da Guerra. ANTT-AGMI, maço 487.

⁶⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, pp. 30-31. No discurso que proferiu na sessão de homenagem a Duarte Pacheco, em Dezembro de 1943, Rodrigues de Carvalho manifestava preocupação pela prossecução da política de expropriações considerando que nelas residia «o fulcro essencial do progresso citadino, já mesmo no presente mas, sobretudo, no futuro, se houver a necessária continuidade de acção por parte dos dirigentes do Município.» Cf. Ministério da Obras Públicas e Comunicações, *Comissariado do Desemprego*, Boletim nº 25 – Ano de 1943, Imprensa Nacional, 1945, p. 102.

⁶⁶ “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, 1944, 1ºvol., 15 de Janeiro de 1944, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.

⁶⁷ Ofício nº 32-DC/L-2 de 25 de Janeiro de 1944 do Ministério do Interior. ANTT-AGMI, maço 531.

⁶⁸ Ofício nº 196 de 26 de Janeiro de 1944 do Ministério da Guerra. ANTT-AGMI, maço 531.

⁶⁹ “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, 1944, 1ºvol., 11 de Fevereiro de 1944, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.

⁷⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* vol. 21, p. 269.

⁷¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 29, p. 69 e vol. 40, p. 600.

⁷² Da viagem a Espanha destaca-se na mensagem enviada a Salazar em 2 de Fevereiro de 1953:«Tiro da carta de V.Ex^a o pensamento de que a viagem apertará ainda mais os laços dos dois países – posso usá-lo, não é verdade? Creio que não direi tolices. Tenho ainda reminiscências valiosas do meu tempo de censor e testemunha das mais ardoradas desta enorme coisa que é a política internacional».

⁷³ ANTT-AOS/CP/26, 19 de Outubro de 1956.

⁷⁴ Idem, 9 de Agosto de 1949.

⁷⁵ Idem, 8 de Junho de 1951.

⁷⁶ Idem, 28 de Maio de 1954.

⁷⁷ Idem, 12 de Março, 25 de Março de 1949 e 24 de Janeiro de 1951.

⁷⁸ Idem, 27 de Fevereiro de 1956.

⁷⁹ ANTT-CP/27, 24 de Fevereiro de 1956.

⁸⁰ ANTT-AOS/CP/26, 30 de Janeiro de 1959.

⁸¹ Idem, 2 de Março de 1959.

⁸² Idem, 3 de Julho de 1959.

⁸³ Idem, 20 de Março de 1960.

⁸⁴ Idem, 19 de Julho de 1960.

⁸⁵ ANTT-AOS/CP/27, 22 de Agosto de 1963.

⁸⁶ Martins, M. B. (1973), *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa. A Cidla, no ramo dos combustíveis líquidos, era uma das cerca de vinte empresas associadas da Sacor ligada ao grupo financeiro Espírito Santo.

⁸⁷ *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, 1996, pp. 128-9.

⁸⁸ ANTT-AOS/CP/26, 18 de Maio de 1959: «Viverei sempre na recordação da honra e do prazer de ter servido V.Ex^a e sempre grato por todas as bondades para comigo e minha filha [...] foram absolutas a minha lealdade e a minha fidelidade à pessoa de V. Ex^a e ao Estado que quis tentar servir dedicadamente».

⁸⁹ «Se o meu futuro genro mantiver a posição que graças a V.Ex^a, obtive na Cidla onde parece estar bem cotado [...] o João, médico na Sacor também deve a V. Ex^a essa posição.» Trata-se de Henrique Ahrens Teixeira de Moraes Vaz que casara em 9 de Janeiro de 1954 com a filha Maria Luísa e do médico João António Facco Viana Barreto. ANTT-AOS/CP/26, 2 de Janeiro de 1954.

⁹⁰ ANTT-AOS/CP/26, 28 de Janeiro de 1958.

Bibliografia

- AA. VV. (1989), *Portugal na Segunda Guerra Mundial - Contributo para uma reavaliação*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Amaral, A. F. do, (1976), *Barretos e outros contendo subsídios para a genealogia descendente de Gil Vicente*, Lisboa: Edição de Autor.
- Anuário do Colégio Militar. Ano lectivo de 1925-26*, Lisboa: Papelaria Fernandes.
- Azevedo, C. de, (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Barreto, A. e Mónica, M.F. (1999), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII, (Coordenadores) Porto: Livraria Figueirinhas.
- Barros, J. L. de, (1993), *O fenómeno de opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, dissertação de mestrado, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.
- Cabrera, A. M. (2005), *Imprensa e Poder no Período Marcelista (1968-1974)*, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento.
- Carrilho, M. (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa: INCM.
- Carvalho, A. e Cardoso, A. M. (1971), *Da liberdade de imprensa*, Lisboa: Meridiano.

- Carvalho, A. (1999), *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, Coimbra: Minerva.
- Cesari, M. (1978), *La censura nel periodo fascista*, Napoli: Liguori editore.
- Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), *A política de informação no regime fascista*, vol. 1 e 2, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Cruz, M. B. da, (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença.
- “Diário”, <http://ttonline.iantt.pt/aos.htm>, Oliveira Salazar, Arquivo Oliveira Salazar, IANTT.
- Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974* (2004), dir. de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ Assembleia da República.
- Dicionário de História do Estado Novo*, (1996), dir. F. Rosas e Brandão de Brito, Vol. I e II, Venda Nova: Bertrand Editora.
- Dicionário de História de Portugal* (1999), Vol. VII, (Coordenadores) A. Barreto e M. Filomena Mónica, Porto: Livraria Figueirinhas.
- Faria, T. (2000), *Debaixo de fogo ! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa: Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional.
- Farinha, L. (1998), *O Revirralho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, J. M. (1996), *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, V. M. (1987), *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Ferro, A. (1933), *Salazar, o homem e a obra*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Forte, I. (2000), *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias. Da actuação da Comissão de Censura do Porto durante o governo de António de Oliveira Salazar*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Franco, G. (1993), *A censura à imprensa (1820 -1974)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia. s/d.
- Gomes, J. C. (1997), *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa: ISCTE.
- Gomes, J. C. (2006), *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Gubern, R. (1981), *La censura: función política y ordenamiento jurídico bajo el franquismo (1936-1975)*, Barcelona: Ediciones Península.
- Hale, O.J. (1973), *The captive press in the Third Reich*, Princeton: Princeton University Press.
- Leal, E. C. (1994), *António Ferro – Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa: Edições Cosmos.
- Marques, A.H. de Oliveira et al., (2000), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa: Assembleia da República/ Edições Afrontamento.
- Martins, M. B. (1973), *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa.

- Martins, H. (1998), *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, H. (2003/2004), *Salazar. A construção do mito*, vol. 1, e vol. 2, *Salazar. A propagação*, Lisboa: Temas e Debates.
- Ministério da Obras Públicas e Comunicações, (1945), *Comissariado do Desemprego*, Boletim nº 25 – Ano de 1943, Imprensa Nacional.
- Nogueira, F. (1986), *Salazar, vol. III, As grandes crises (1936-1945)*, Porto: Civilização Editora.
- Ó, J. R. do, (1999), *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Oliveira, C. de, (1988), Prefácio e notas, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo l 1929 l do general Ivens Ferraz*, Lisboa: O Jornal.
- Pardal, U. V. (1978), *Tempos de censura à imprensa*, Fundão: Edição de Autor.
- Patriarca, F. (1995), *A questão social no salazarismo 1930-1947*, vol. I e II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Patriarca, F. (2006), «Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar - apresentação», *Análise Social*, Vol. XLI (178), 169-222.
- Pinto, A. C. (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, A. C. (1994), *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, A. C. (2001), «O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 1055-1076.
- Pinto, A. C. (2005), Coordenação, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Príncipe, C. (1979), *Os Segredos da Censura*, Lisboa: Ed. Caminho.
- Rego, R. (1969), A censura prévia administrativa. In *II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos*, Vol. I, Lisboa: Seara Nova.
- Rosas, F. (1990), *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (1994), O Estado Novo (1926-1974), in *História de Portugal*, vol. VII, dir. de José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2001), «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 1031-1054.
- Santos, J. R. dos, (1986), *Memórias da Memória*, Lisboa: Ed. Rolim.
- Schmitter, P. C. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sinova, J. (1989), *La censura de prensa durante el franquismo*, Madrid: Espasa-Calpe.
- Sobreira, R. M. (2003), *Os Jornalistas Portugueses. 1933-1974 Uma Profissão em Construção*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, N. S. (1996), *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Tengarrinha, J. (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

- Tengarrinha, J.(2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Veríssimo, H. Â. (2003), *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Wheeler, D. (1988), *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*, Lisboa: Publicações Europa-América.